

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA
IMENES



Professora Dorinha Seabra é autora do projeto

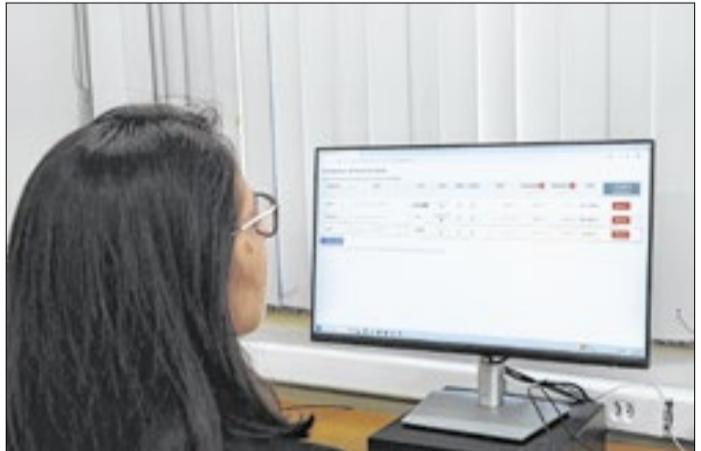
Senado vai votar PLP 143/2020 amanhã

O Senado vota amanhã (10) um projeto que autoriza estados, Distrito Federal e municípios a pagar retroativamente direitos remuneratórios de servidores, relacionados ao tempo de serviço, congelados durante a pandemia da Covid-19. O texto trata de benefícios como anuênio, triênio, quinquênio, licença-prêmio, e sexta-partes. O Projeto de Lei Complementar (PLP) 143/2020 muda a Lei Complementar 173, de 2020, que vinculava o recebimento de recursos para enfrentamento da pandemia ao congelamento de aumentos salariais até o dia 31 de dezembro de 2021. Além dos reajustes e recomposições congeladas, também ficaram suspensas as criações de cargos e concursos.

Mudança de nome e de cálculo

Os pagamentos previstos pelo texto são referentes ao período entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021. O pagamento fica condicionado ao fato do ente federativo ter decretado estado de calamidade pública devido à pandemia e tenha orçamento disponível. O PLP foi apresentado pela então deputada e hoje senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO). Ele foi aprovado na Câmara em 26 de agosto e agora aguarda decisão do Senado.

Secretaria Municipal de Administração



Recadastramento terá que ser feito no banco ou Gov.br

Previ-Rio publica normas

O Previ-Rio publicou uma portaria que estabelece as diretrizes para o recadastramento anual de 2026 dos segurados inativos e pensionistas do Funprevi. A atualização do cadastro é importante para dar continuidade ao pagamento de aposentadorias e pensões.

De acordo com a Portaria Previ-Rio 1.084/2025, o recadastramento será no mês de aniversário do segurado inativo ou pensionista, podendo ser feito presencialmente em qualquer agência do Banco Santander ou pelo Gov.br, por meio de reconhecimento facial.

Sem opção

A opção digital, porém, não está disponível para o segurado inativo curatelado ou pensionista menor. Nestes casos, o recadastramento deverá ser feito presencialmente ou na central de atendimento do Previ-Rio ou no Banco Santander. Quem for fazer o recadastramento presencialmente deve levar a identidade e a Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) originais.

Acúmulo de cargos

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou na quarta-feira (dia 3) uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite aos professores do ensino público ocupar qualquer outro cargo público de qualquer natureza. A proposta vai para Plenário com urgência na análise. A expectativa é pela aprovação.

Oportunidade

A PEC 169/2019 é de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM). O relator da proposta na CCJ foi o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), que manteve o texto como veio da Câmara dos Deputados. O senador Zequinha argumenta que a proposta apresenta uma oportunidade para os professores complementarem a renda.

Aprimorar

O senador afirma ainda que a iniciativa pode aprimorar a atuação educacional dos profissionais. "A proposta é relevante não apenas por possibilitar que o docente desenvolva novas competências, com proveitos pessoais, mas também por promover, a partir dessas vivências, o aprimoramento da própria atividade de ensino".

Compatibilidade

A PEC prevê que, para haver acúmulo de cargos, os professores devem ter compatibilidade com horário. Atualmente, a Constituição já permite acumular dois cargos de professor do ensino público ou um cargo de professor com outro de técnico ou científico. Na visão de Zequinha, o texto não é claro.

AppAbin

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) apresentou o msg.gov, uma plataforma de comunicação segura e sigilosa que já está disponível para agentes públicos da agência e, em breve, para os do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Com o aplicativo, será desnecessário o uso dos aplicativos de mensagens.

Disponível

O aplicativo está disponível para Android e iOS. Assim como os aplicativos comerciais já conhecidos do mercado, o msg.gov possibilita aos usuários enviar e receber mensagens de texto e multimídia, realizar chamadas de voz e vídeo, compartilhar arquivos e documentos, além de criar grupos.



Ministro da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos

Governo vai propor escala 5x2 e 40h semanais

Ministro Boulos será interlocutor do governo na questão

Por Martha Imenes

Dias depois de o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, falar da necessidade de se discutir a escala 6x1, o governo federal sinalizou com mudanças e vai apresentar um relatório próprio para substituir o texto do deputado Luiz Gastão (PSD-CE). A proposta do Palácio do Planalto acaba de forma explícita com o 6x1 e institui jornada 5x2, com 40 horas semanais e oito horas diárias, num movimento para tentar reforçar o protagonismo do governo numa agenda que Lula pretende levar como vitrine em 2026.

Escalado pelo presidente, o ministro da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos, irá pessoalmente à Câmara defender o parecer para o grupo.

O texto elaborado pelo Planalto estabelece uma transição, com jornada de 42 horas semanais em 2027 e limite de 40 horas a partir de 2028.

O parecer também proíbe reduções salariais, impede acordos individuais que flexibilizem direitos, amplia o descanso semanal para dois dias consecutivos, com ao menos um domingo a cada três semanas. Também prevê a revisão de regras dos comerciários para adequar a categoria ao novo padrão.

A iniciativa surge como reação à má recepção do relatório de Gastão, que não extingue o 6x1. O relator propõe apenas uma re-

dução gradual da carga semanal — 42 horas no primeiro ano, 41 no segundo e 40 no terceiro — e sugere desoneração da folha para empresas com alto peso de pessoal, como forma de suavizar impactos econômicos.

Para o governo, porém, o texto deixa de enfrentar o principal problema da escala e não responde à expectativa criada na própria subcomissão.

GT para motoristas

O governo federal vai instituir um grupo de trabalho (GT), coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, para formular propostas de regulação trabalhista para entregadores por aplicativo.

O grupo será composto também pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e representantes de organizações e entidades dos entregadores de todas as cinco regiões do país, além de representantes das centrais sindicais.

O anúncio foi feito Boulos, que se reuniu com representantes destes trabalhadores. O grupo também deve propor algum seguro previdenciário para a categoria.

Segundo o ministro, um dos principais objetivos da iniciativa é melhorar a remuneração desses entregadores por serviço de aplicativo.